



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Sul - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2300.01.0128754/2023-52

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO REQUERIMENTO INTERVENÇÃO AMBIENTAL | DE DE | NÚMERO DOCUMENTO | DO | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|---|----------|-------------------------|----|--|
| - Intervenção com e sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP - Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | | 2300.01.0128754/2023-52 | | NAR DE POUSO ALEGRE |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Nome: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG | | | | CPF/CNPJ: 17.309.790/0001-94 |
| Endereço: Avenida dos Andradas, N.º 1.120 | | | | Bairro: Santa Efigênia |
| Município: Belo Horizonte | | UF: MG | | CEP: 30.120-016 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | | |
| Nome: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG | | | | CPF/CNPJ: 17.309.790/0001-94 |
| Endereço: Avenida dos Andradas, N.º 1.120 | | | | Bairro: Santa Efigênia |
| Município: Belo Horizonte | | UF: MG | | CEP: 30.120-016 |

| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | | | |
|--|--|--|------------------------------------|-----------|
| Denominação: Melhoria e Pavimentação da Rodovia MG-295 - Trecho: Cambuí - Consolação | | Área Total (ha): Não se aplica | | |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Não se aplica | | Município/UF: Trecho de Cambuí/MG e Consolação/MG | | |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Não se aplica | | | | |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA | | | | |
| Tipo de Intervenção | | Quantidade | Un | |
| Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | | 0,3656 | ha | |
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | | 0,1333 | ha | |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | | 426 | un | |
| 5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | | |
| Uso a ser dado à área | Especificação | | Área (ha) | |
| Infraestrutura E-01-03-1 | Melhoria e Pavimentação Rodovia Estadual MG-295 - Extensão 4,7km | | 10,6501 | |
| | | | | |
| 6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Mata Atlântica | 0,3656 | Floresta Estacional Semidecidual | Inicial | 0,3656 |
| Mata Atlântica | 10,2845 | Área antropizada consolidada | *** | 10,2845 |
| | | | | |
| Total: | 10,6501 | | Total: | 10,6501 |
| 7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | | |
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | | Unidade |
| Lenha | Essência nativa | 35,50 | | m3 |
| *** | *** | *** | | *** |

| 8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA | | | | |
|---|---|------|-------------------------|-------------|
| Luís Fernando Rocha Borges MASP: 1.147.282-6 Data da Vistoria: 27/09/2023 | | | | |
| 9. VALIDADE | | | | |
| Data de Emissão: 30/11/2023 Validade: 03 (três) anos. | Observações: <i>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</i> | | | |
| 10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA | | | | |
| Tipo de intervenção | Datum | Fuso | Coordenada Planta (UTM) | |
| | | | X | Y |
| Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | Sirgas 2000 | 23k | 394.660 E | 7.591.199 S |
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | Sirgas 2000 | 23k | 396.858 E | 7.502.964 S |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | Sirgas 2000 | 23k | 395.052 E | 7.501.610 S |
| | | | | |
| 11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa) | | | | |
| | | | | |

Medidas Mitigadoras:

Controle ambiental como delimitação e cercamento adequado das áreas verdes e de preservação permanente de nascentes e córregos;

Executar sistema de contenção para drenagem de água pluviais para reduzir ou eliminar potenciais riscos de erosão e de assoreamento de corpos hídricos e/ou carreamento de solo para APP e terrenos vizinhos;

Promover a umidificação das áreas sob movimentação de terra a fim de eliminar ou reduzir emissões de material particulado.

Reabilitação total da área do empreendimento após término das atividades e recomposição paisagística; proteção/isolamento das áreas de Preservação Permanente (APP), impedindo a presença de animais doméstico de médio e grande porte pastando nos locais.

Evitar realização de atividade de movimentação de solo com chuva, a fim de reduzir o risco de carreamento de partículas sólidas para os cursos d'água causando assoreamento;

Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo, tais como: cordões de contorno, terraceamento, plantio de grama, forma a minimizar o assoreamento dos recursos hídricos;

Uso do fogo deverá ser uma prática proibida;

Destinação adequada aos rejeitos produzidos na área, evitando que os mesmos venham a permanecer dispersos pelo empreendimento;

Manuseio adequado de óleos e graxas, com utilização e manutenção de equipamentos regulados visando que não ocorra vazamentos de óleos e graxas no local e ausência de poluição do solo e água;

No pequeno fragmento existente adotar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa com conectividade próxima a intervenção);

Realizar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho de fauna, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie de fauna.

Medidas Compensatórias:

Referente a área total de intervenção ambiental em 00,49,89 hectare com e sem supressão de cobertura vegetal nativa em APP compensação por meio de reconstituição de uma área de 00,49,89 ha, coordenadas geográficas (UTM) 393.600 E / 7.500.250 S e 393.593 E / 7.500.161 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), situado em área de domínio público denominado "transbordo de resíduos sólidos", no bairro Itaim, município de Cambuí/MG conforme proposta descrita no Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA, de responsabilidade da Engenheira Florestal Ana Luiza Aguilar Duarte, CREA-MG nº. 145357/D, ART de Obra e Serviço nº. 1420200000005979447.

Referente ao indivíduo da espécie *Handroanthus chrysotrichus* (Ipê amarelo) considerado como imune de corte segundo a Lei Estadual nº. 20.308/2012, compensação por meio do pagamento de 100 Ufemgs (DAE nº. 1501312782399).

12. OBSERVAÇÃO

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|--|---|
| 1 | Apresentar relatório referente a implantação do projeto de compensação referente a intervenção com e sem supressão de cobertura vegetal nativa em APP, indicando as espécies e número de mudas plantados, com mapa de localização dos locais de enriquecimento, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PRADA for diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | Após finalização da implantação, conforme cronograma do PRADA aprovado. |
| 2 | Reabilitação total da área do empreendimento após término das atividades e recomposição paisagística. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 3 | Adotar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa com conectividade próxima a intervenção). | Durante a implantação do empreendimento. |
| 4 | Somente realizar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho de fauna, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie de fauna. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 5 | Instalar na via placas de sinalização acerca de possível travessia de fauna silvestre, aplicação de sonorizadores de alerta/controladores/placas de velocidade em locais com potencial de travessia como no trecho próximo a fragmento. | Em até 90 (noventa) dias após finalização das obras. |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Supervisor(a)**, em 30/11/2023, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77873281** e o código CRC **974029D1**.
